



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco
Processo:	07056617720218010001
Classe do Processo:	Manifestação sobre a Impugnação
Data/Hora:	13/04/2022 15:19:14

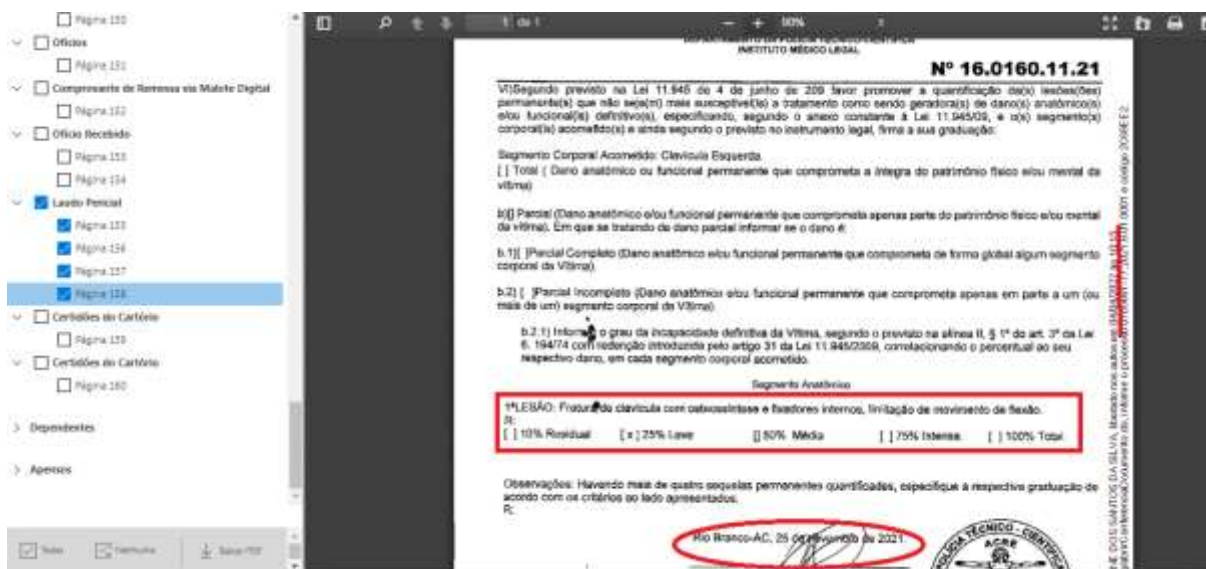
Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Arquivos

Petição:	2812392_IMPUGNACAO_AO _LAUDO_PERICIAL_02 - 1- 2.pdf
----------	---

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.ioaobarbosaadvass.com.br



Repita-se que o laudo pericial apresentado não deixa claro quanto à ocorrência ou não de invalidez permanente e de incapacidade laborativa decorrentes do acidente de trânsito, deixando o autor de provar que tem direito ao recebimento da indenização pleiteada.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Sendo assim, vem impugnar novamente o laudo pericial, e requerer a devida intimação do perito para acostar os autos os devidos esclarecimentos a cerca das inconsistências apontadas, a fim de apresentar laudo pericial conclusivo, conforme determinado na decisão da Nobre Magistrada, em fls.149.

Autos n.º 0705661-77.2021.8.01.0001
 Classe Procedimento Comum Cível
 Autor Maria Viviane Lourenço da Silva
 Réu Seguradora Líder dos Comércio OPVAT S/A

Decisão

Em que pese o feito esteja concluso para sentença, constata-se que ainda pendente de devida instrução.

Observando a petição de fls. 147/148, bem como o laudo pericial (fls. 137/141) constata-se de fato incongruências, uma vez que o perito indicou que a pericianda possui apenas disfunções temporárias e por conseguinte indicou repercussões de perda parcial incompleta definitiva.

Nesse contexto, determino a expedição de ofício ao perito que realizou o exame para que esclareça as incongruências apontadas, objetivando correlacionar aos autos laudo conclusivo.

Vindo aos autos o laudo, ou esclarecimentos, intím-se as partes para manifestação em 5 (cinco) dias.

Publique-se. Intím-se. Cumpra-se.

Rio Branco-(AC), 10 de fevereiro de 2022.

Zenice Mota Cardozo
 Juíza de Direito

Nestes Termos,
 Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 11 de abril de 2022.

JOÃO BARBOSA
 OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
 4550 - OAB/AC